

NO PINTCHA

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO DE INFORMAÇÃO E CULTURA

REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS: AVENIDA DO BRASIL, CENTRO DE IMPRENSA

TELEFONES: 3713/3726/3728

BISSAU

QUINTA-FEIRA

REAJUSTAMENTO — UNIDADE NACIONAL — JUSTIÇA SOCIAL

CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO

À FRENTE SÓ OS MELHORES

A voz dos militantes soa firme no salão do Congresso, numa reafirmação constante de fidelidade e entrega total ao Partido de luta do povo guineense — PAIGC.

Dissemos-lo na primeira página da nossa última edição e torna-se cada vez mais evidente: o espírito de Cassacá está presente e dimensiona à escala devida a amplitude e complexidade dos problemas a resolver.

Os ensinamentos de Cabral animam os delegados ávidos da verdade e desejosos de ver o PAIGC trilhar a via traçada por Abel Djassy. Frontalidade, objectividade e coragem interligam-se, e caracterizam as intervenções que abarcam toda a vida partidária desde a fundação até este evento.

Estamos em tempo de análise. O momento é decerto dos mais delicados vividos depois da morte de Cabral. É neste contexto que as decisões do Congresso irão, indubitavelmente, influenciar e ditar os contornos do país que queremos construir.

Os congressistas reconhecem a importância que ora se vive. Por isso assumem, com toda a dimensão, o seu papel e não escamoteiam as questões, algumas delas pendentes desde o desaparecimento físico de Amílcar Cabral.

É Kabi quem marca a premissa indispensável a uma discussão séria e profunda com vista a estirpar o mal pela raiz: «Não podemos confundir amizades pessoais com os interesses sagrados do nosso povo...meu amigo não é aquele que só aplaude e não faz críticas, é preciso dizer a verdade sem medo».

Nesta base e na perspectiva de um Partido rejuvenescido, exige-se que à frente só devem estar aqueles que já deram provas e estejam à altura de continuar a obra de Cabral. «Não pode haver posições ambíguas, nem lugar para pessoas duvidosas que chegaram a pôr em causa a existência do Partido». Afirmações desta natureza revelam em essência a disponibilidade militante de salvaguardar as conquistas revolucionárias e dotar o PAIGC de uma direcção clara e firme capaz de conduzir o processo para novas e maiores vitórias.

Rejeita-se, assim, de forma inequívoca, quaisquer alternativas que possam pôr em causa a operacionalidade do Partido e a sua ligação com as massas. Daí que se aponte, como urgente, a necessidade de destruir as estruturas coloniais ainda existentes e aprofundar a natureza revolucionária do PAIGC tendo em vista uma maior ligação com as camadas mais desfavorecidas da nossa sociedade. Ressalta nos debates a preocupação inadiável de abordagem dos problemas de ideologia, já que a carência ideológica foi considerada, em certa medida, como um dos factores principais dos desvios à linha do Partido de Cabral.



APROVADO O RELATÓRIO DO CNG

O Relatório do Conselho da Guiné do PAIGC, apresentado pelo camarada Comandante de Brigada João Bernardo Vieira, foi aprovado ontem à noite, e também adoptado como documento de trabalho, devido à riqueza do seu conteúdo. O Relatório foi aprovado por 294 votos, sem abstenções, e apenas com 1 voto contra. Estavam presentes nesta oitava sessão 295 delegados. Os seis ausentes justificaram-se, cinco por motivo de doença e um por falecimento de um familiar.

Os debates à volta deste documento mobilizaram 96 congressistas, o que ultrapassa, como frisámos na nossa edição anterior, a participação nas

discussões do Relatório do CSL ao III Congresso.

A discussão que preencheu cinco sessões, demonstrou de modo indesmentível que a Democracia Nacional Revolucionária regressou às reuniões do Partido e que os militantes estão determinados em fazer do PAIGC cada dia mais Partido, e um instrumento eficaz para a construção de uma sociedade livre da exploração de homem pelo homem.

O Relatório do CNG tem 60 páginas, e analisa exaustivamente a vida do nosso glorioso Partido. Importa realçar que foram distribuídas cópias a todos os congressistas antes do início dos trabalhos, o que nunca acontecera nas reuniões do Partido depois da Independência.



**SE É VERDADE QUE UMA REVOLUÇÃO PODE FALHAR
MESMO ALIMENTADA POR TEORIAS PERFEITAMENTE
CONCEBIDAS, AINDA NINGUÉM REALIZOU
UMA REVOLUÇÃO VITORIOSA
SEM TEORIA REVOLUCIONÁRIA**

Amílcar Cabral

Têm a palavra os delegados

Repór o PAIGC no rumo certo e adoptar medidas correctas e realistas que visem o desenvolvimento sócio-económico do país, foi a unanimidade encontrada nas declarações dos delegados da Região de Bolama-Bijagós ao Congresso Extraordinário. Mais do que uma preocupação ou uma esperança, elas reflectem a convicção comungada por todos os verdadeiros militantes que, enfileirados na mesma trincheira e de formas várias, deram o seu contributo para a materialização da obra ímpar idealizada por Amílcar Cabral — a libertação da Guiné e Cabo Verde.

Bolama-Bijagós: A nítida diferença

Constância Alves, de 39 anos de idade, militante do Partido desde 1963 e colaboradora do Secretariado do Partido na região, manifesta-se convicta de que o Congresso Extraordinário irá trazer novas luzes à direcção do Partido e aos seus militantes para uma melhor colaboração e coordenação dos trabalhos. Segundo disse, já se nota uma nítida diferença nos debates que precederam os trabalhos do Congresso, em relação ao anterior, o pri-



Constância Alves

meiro em que participou. A diferença traduz-se no âmbito de como se debatem os problemas, mas sobretudo na seriedade e firmeza dos intervenientes. Mas, o que mais encoraja a nossa entrevistada é a possibilidade de repôr a confiança no seio dos militantes e dos próprios dirigentes. «Dantes, havia desconfiança grande, tanto nos militantes como nos dirigentes, de tal modo que ninguém ousava colocar os problemas abertamente. Mesmo nas reuniões, os militantes e a população em geral não tinham coragem de levantar questões e de apontar as falhas porque eram considerados contra o Partido».

O PARTIDO NÃO PODE ACABAR NA BRINCADEIRA

Depois de se referir ao espírito de unidade, que «nós não negamos, mas que não compreendíamos» porque «o que se fazia aqui e em Cabo Verde era diferente», Constância Alves falou da situação actual no país, onde «não se vêem injustiças como dantes» e onde «só não compra arroz quem não tem dinheiro». No tocante ao desenvolvimento do país, mani-

festou-se segura de que o Congresso irá aprovar medidas sócio-económicas que possibilitem o arranque a sério. A representante de Bolama-Bijagós condenou a tentativa de destruição do PAIGC afirmando que «a história do P.A.I.G.C. não pode acabar assim na brincadeira». A melhor programação na formação de quadros foi outra preocupação manifestada pela camarada Constância Alves, que vê nisso não só uma forma de avançar o país, mas também de substituir gradualmente os cooperantes que «embora não possamos dispensar ainda, mas cujos (avultados) salários «poderão ser empregues no desenvolvimento do país».

O PARTIDO ESTAVA MORTO

Quem faz esta afirmação é o **secretário da organização do Partido no sector de Bubaque, camarada Arnaldo Cugna Na Berimpendê. Militante do Partido desde 1962,** apesar de contar apenas 29 anos, fez trabalho político na Zona Sul e serviu como militar em Madina do Boé até 1968, data em que foi bolseiro na União Soviética. A provar a sua afirmação,



Arnaldo Cugna

aquele camarada aponta a situação dos funcionários do Partido nas regiões: dois vencimentos anuais de 3 500 pesos cada; inexistência de infra-estruturas para o exercício de actividades. A agravar a situação, o facto das regiões apenas possuírem um responsável do Partido que não conseguia conduzir todas as actividades.

A situação apenas melhorou em fins de 1980 com a designação de funcionários para os sectores. «Após o 14 de

Novembro o Partido ganhou novo fôlego e neste momento todo o militante sincero sente que o Partido está de vida e que os trabalhos estão a marchar melhor». Entretanto, aquele funcionário do Partido não atribui o facto apenas ao aumento dos salários mensais para 6 200 pesos, como também a maior confiança e participação das massas nas actividades partidárias. Prova disso foi o entusiasmo com que foram discutidos os documentos do Congresso.

A tenaz resistência dos bijagós ao anterior regime foi recordado nas suas declarações, pois mereceu uma vez mais apreciação da população durante os últi-

mos contactos, tendo informado que estavam contra porque «a terra não estava nas mãos dos próprios filhos». Citou o caso do rei de Canhabique que se recusou a receber o ex-presidente, que considerou «branco». E a economia do país, segundo ele, agora vai seguir a via correcta, porque «não haverá mais truques económicos» e porque agora «o desenvolvimento do país está nas nossas mãos». Acabar com o P.A.I.G.C., para o camarada Arnaldo não seria um golpe contra os dirigentes e caboverdianos mas contra Cabral. «O P.A.I.G.C. tirou-nos toda sujidade e por isso devemos continuar PAIGC e lutar para torná-lo mais forte». Criar um outro Partido «não é viável» porque «O PAIGC deu provas concretas de sempre defender os interesses do povo e, criar outro partido, seria trair os nossos juramentos».

Bafatá:

Na altura própria

Vasco Salvador Correia, 38 anos, Membro do CNG, militante desde 1961/62, Presidente do Comité do Partido e Estado da Região de Bafatá: «Pensamos que este Congresso veio mesmo na altura em que o PAIGC — Partido de Cabral precisava ser adaptado à nova realidade nacional. Sim, porque a ala de Cabo Verde resolveu sair unilateralmente criando um partido deles.

Portanto, agora vamos fazer uma eleição de órgãos da direcção do nosso PAIGC, e criar um secretariado do Comité Central capaz de orientar o bom funcionamento do Partido».

Ao falar da participação do povo da Região que dirige na discussão dos anteprojectos, aquele militante disse a dada altura: «Houve uma grande participação e com todo interesse. Fez-se a recolha de opiniões que foram depois estudadas na última reunião do CNG. Devo realçar aqui que todos os militantes que dantes não participavam nas reuniões devido à desconfiança que reinava no nosso seio, interferiram e discutiram exaustivamente o problema partidário a fim de repôr o Partido — PAIGC — no seu devido lugar como Cabral nos ensinou. Assim, houve inclusivamente propostas de alterações como, por exemplo, saneamento de cooptação, da mudança do nome Comité Político Permanente para Bureau Po-

lítico. Mas também foram levantados um ou dois casos da questão nacional, questão essa que foi bem explicada e todas as pessoas ficaram esclarecidas.»

A propósito da situação sócio-política na região, Salvador Correia esclareceu que ela está normal e que o único problema que pairava era a questão nacional. «Mas estamos convictos que toda a gente está clara agora sobre esse assunto» — concluiu.

Satú Camará 32 anos, Membro da CNMG, militante desde 1963 de-



Satú Camará

clar^a: «Penso que este grande acontecimento que é o Congresso Extraordinário do PAIGC,

(Continua na pág. 6)

Opinião popular

Enquanto decorre o Primeiro Congresso Extraordinário, o povo assiste, sereno, a mais uma obra de arrumação da nossa casa e da nossa vida. O relatório apresentado pelo camarada Nino Vieira, Presidente do Conselho da Revolução ao Congresso, no qual traça o perfil do PAIGC ao longo de 25 anos do processo libertador, despertou grande atenção das massas. Entretanto, como é natural, na opinião popular que passamos a registar no decorrer do Congresso, os nossos entrevistados falam essencialmente do 14 de Novembro e da história que então se retomou.

Eis as primeiras impressões sobre o Congresso:

COM OU SEM O CONGRESSO A RAZÃO É NOSSA

«O relatório apresentado pelo camarada Nino Vieira é de conteúdo muito importante, tendo dado grande destaque aos desvios à linha do Partido cometidos pelos dirigentes de Cabo Verde» — eis a opinião do camarada **Mumini Embaló, funcionário das Finanças em Bafatá**: «Contudo, nós sabemos que, com o Congresso ou sem ele, a razão está do nosso lado — prosseguiu — e por tudo o que passou, o 14 de Novembro justificou-se plenamente». «Por outro lado, estou convencido que os nossos dirigentes saberão encontrar neste congresso novas formas de cooperação com Cabo Verde» — afirmou, a concluir.

ESPERO PELAS RESOLUÇÕES

Segue-se a opinião de **Maria Amélia Matos de Sousa, doméstica**: «Tirando o que poderá estar a passar no salão do congresso, cá fora vive-se um ambiente festivo e, para justificar isso, o Congresso tem que trazer resoluções de peso e coisas novas. É para isso que houve o 14 de Novembro. Ouvi as primeiras sessões de trabalho do Congresso, e o relatório do camarada Nino Vieira é muito importante. Mas espero, sobretudo, poder ouvir os debates e conhecer as resoluções».

MUITOS ERROS JÁ FORAM CORRIGIDOS

Carimo Djaló, trabalhador do Departamento de Desenvolvimento Regional do Plano que entrevistámos a seguir, afirmou: «Este Congresso do PAIGC é muito importante porque, na sequência do reajustamento do 14 de Novembro, vai repôr a justiça na nossa terra.

Até hoje, muitos erros já foram corrigidos, e o problema alimentar foi enfrentado com seriedade. Agora, esperamos que as resoluções do Congresso tragam medidas concretas no quadro da concórdia nacional.

Verifico que o Congresso debruça principalmente, sobre duas questões distintas: o afastamento da parte caboverdiana do P.A.I.G.C., e a situação interna do nosso país. Para mim, os problemas internos da Guiné-Bissau têm mais importância porque, primeiro, temos que limpar a nossa casa».

PAICV — QUAL OUTRA INDEPENDÊNCIA DE CABO VERDE?

Pedro Gomes Correia, estudante do Curso Geral dos Liceus, declarou à nossa reportagem: «Há só uma coisa que não compreendo e que gostaria de saber o porquê. Trata-se do termo «independência». Se o PAIGC já conquistou a independência da Guiné e de Cabo Verde, por que independência irá lutar o novo Partido Africano para a Independência de Cabo Verde?»

ESTABILIDADE POLÍTICA NECESSÁRIA

«Com o reajustamento do 14 de Novembro e a reafirmação do PAIGC neste Congresso, o nosso Partido vai encontrar a estabilidade política necessária, tanto no plano interno como na nossa política internacional, para a salvaguarda da integridade do nosso povo e do futuro do nosso desenvolvimento. Estou convencido que este Congresso vai constituir mais uma vitória do PAIGC». A opinião é de **Saliu Embaló, professor do liceu de Cantchungo.**

Vamos reestruturar o nosso Partido — o PAIGC (conclusão)

O 14 de Novembro e o renascimento

● Por Fidélis Almada — Membro do CSL do Partido

Por último, a unidade Guiné-Cabo Verde, tabé para os militantes, só funcionava quando se tratava de vir em socorro do Camarada Luiz Cabral para o apoio de uma ou outra das suas ideias. E nem se podia falar de uma «ingerência» nos assuntos internos da Guiné-Bissau por parte do Secretário-Geral porquanto uma vez, aquando do julgamento de RAFAEL BARBOSA, uma opinião do então Secretário-Geral paralizou toda uma decisão baseada em sentença judicial e tomada unanimemente pelos dirigentes da Guiné-Bissau.

Bloqueados todos os mecanismos da solução democrática dos problemas no seio do Partido, não é de admirar o aparecimento do Movimento do 14 de Novembro com a finalidade de pôr termo a todas as anomalias da direcção e provocar um retorno à observância dos princípios do Partido e a aplicação das Resoluções do III Congresso do P.A.I.G.C..

Ao definir os objectivos do 14 de Novembro, o Camarada Nino Vieira, Presidente do Conselho da Revolução, disse: «O 14 de Novembro não foi feito contra o PAIGC. Foi feito contra os erros e desvios à linha política do PAIGC praticados por Luiz Cabral. Surgiu o Movimento Reajustador para que a decisão da maioria volte a vigorar no seio da nossa sociedade em conformidade com os princípios do nosso Partido, o PAIGC». «O 14 de Novembro também não foi feito contra os nossos irmãos caboverdianos nem tão pouco contra alguém. Foi simplesmente um Movimento Reajustador».

Nino Vieira repetia isso várias vezes para assinalar o carácter não racista do movimento que preside.

Por essa razão se torna ainda mais incompreensível a reacção irritada e fraccionista dos dirigentes caboverdianos, irritação que se manifestou pela recusa da discussão de todos aqueles problemas sérios que se põem ao nível partidário. Sem esgotar todas as possibilidades de diálogo e de entendimento, o Secretário-Geral do PAIGC consentiu na criação de um novo Partido em Cabo Verde dando um tremendo golpe no precioso legado de Amílcar Cabral, o PAIGC. Esta atitude precipitada dos dirigentes caboverdianos inviabilizou a materialização do processo da Unidade Guiné — Cabo Verde. Com a criação de um novo Partido, deram um carácter definitivo e irreversível à sua decisão de abandonar as fileiras do PAIGC.

Este abandono poderá significar a dissolução do Partido? De forma alguma. Só o Congresso pode dissolver o PAIGC. Na verdade, nos termos dos Estatutos, a dissolução do PAIGC é da competência exclusiva do Congresso e ela só pode ser decidida com a aprovação dum maioria de, pelo menos, dois terços dos membros em pleno gozo dos seus direitos.

Sendo assim, o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde continua a existir legalmente sendo de considerar dissidente a ala caboverdiana que resolveu abandonar as suas fileiras.

Assim, só o Congresso Extraordinário do P.A.I.G.C. poderá decidir da dissolução ou não do P.A.I.G.C..

Mas teremos a conveniência em criar um novo Partido? A nossa resposta é um não categórico e pelas seguintes razões:

Sendo um Partido que desde a sua fundação soube dotar-se de princípios e objectivos bem precisos, guiado por um chefe de excepional envergadura como Amílcar Cabral, o PAIGC soube sempre encontrar meios para debelar as crises, sanar as dificuldades e continuar a sua gloriosa marcha ao serviço do nosso povo.

Como já vimos, em muitas ocasiões da sua existência o Partido teve que fazer face a diversas dificuldades, umas de natureza interna e outras urdidas pelos seus inimigos: o colonialismo português e suas organizações fantoches, a FLING, a UPANG, o PDUNG, etc.

Mas não há dúvida que a maior crise que conheceu o nosso Partido foi o vil assassinato do nosso Líder Imortal Amílcar Cabral, como já vimos.

É certo que depois da morte de Amílcar Cabral conseguimos encontrar o remédio que convinha à situação, reforçando a nossa coesão interna e retomando a ofensiva militar que nos conduziu à

vitória final. Mas os efeitos dessa morte deixaram marcas profundas no nosso Partido a tal ponto que podemos dizer que a crise iniciada com o seu desaparecimento perdurou até ao momento actual.

Face a esta situação, urge agora reestruturar o PAIGC em termos do Partido Nacional, restituindo-lhe o seu papel de vanguarda e de força política dirigente da nossa sociedade.

O PAIGC é de facto o único Partido que travou uma luta consequente, que derrotou na Guiné o colonialismo português e os seus aliados, que forjou a independência política do país tornando possível o advento da presente fase da Reconstrução Nacional rumo a uma autêntica independência económica.

Apesar da deserção da ala caboverdiana devemos manter a integridade do Partido tal como nos foi legado, já porque essa deserção não significa a dissolução do Partido, já porque é na Guiné-Bissau que se encontra a maioria dos membros do PAIGC.

O PAIGC é a vanguarda e o motor da luta de que falava Cabral quando dizia «uma luta para poder avançar a sério tem que ser organizada e só pode ser organizada a sério por uma Direcção de vanguarda. Para dirigir um povo para a libertação e para o progresso é fundamentalmente preciso uma vanguarda que mostre que de facto é melhor e que é capaz de provar isso na prática».

Devemos continuar com o PAIGC porque segundo as afirmações dos nossos dirigentes, especialmente do Camarada Nino Vieira, o Movimento Reajustador do 14 de Novembro não foi dirigido contra o PAIGC, mas pelo contrário, a preocupa-



O 14 de Novembro trouxe de novo o Povo para a rua aclamando o Partido, colocou de novo o Partido no coração do Povo

ção de garantir a aplicação fiel dos princípios do Partido constitui a principal razão do Movimento de 14 de Novembro.

Reconhecemos portanto e reafirmamos a validade de todos os princípios do PAIGC, princípios esses que nos guiaram, até a independência total e devem continuar a ser os princípios orientadores do nosso grande Partido. É neste sentido que foi revitalizado o princípio da unidade nacional através da prática efectiva da política da concórdia nacional, com vista a uma mobilização geral de todas as forças nacionais para o sucesso da Reconstrução Nacional.

Salvo o processo da Unidade Guiné/Cabo Verde inviabilizado pelo facto da criação de um novo Partido em Cabo Verde, estamos dispostos a aplicar fielmente todos esses princípios que constituem o fundamento ideológico do PAIGC.

Devemos manter mesmo a sigla do PAIGC porque ela exprime um dos objectivos atribuídos ao Partido e que historicamente foi por ele realizado: a independência da Guiné e Cabo Verde.

Na verdade é inegável os laços históricos de irmandade que nos une aos nossos irmãos caboverdianos. Partindo dessa realidade e aplicando o princípio da unidade, foi criado o PAIGC para a independência da Guiné e Cabo Verde, o que de facto foi realizado. Na impossibilidade de prosseguirmos juntos no momento actual, nada invalida essa realidade histórica.

Devemos continuar com o PAIGC para honrar os nossos mortos.

Desde o tempo da mobilização que os valerosos filhos da nossa terra começaram a dar a sua vida para o triunfo dos ideais do PAIGC. Com o início da luta armada os bravos filhos deste país foram caindo ao longo de todos estes anos da luta, aumentando o rosário infundo dos nossos heróis nacionais: Ruy Djassi, Mansau N'Isna, Osvaldo Vieira, Titina Silá, etc, todos eles caídos no campo da honra sob a bandeira e para que viva o PAIGC. A criação de um novo Partido seria afastar-nos dos objectivos pelos quais morreram estes e muitos outros combatentes da liberdade da Pátria, bravos militantes do PAIGC.

Conservar o PAIGC é manter o precioso legado do Fundador da nossa Nacionalidade, Amílcar Cabral. Criado por ele, organizado e posto ao serviço da libertação dos povos da Guiné e Cabo Verde, a existência do PAIGC identifica-se com a própria vida e obra de Amílcar Cabral.

É através do seu Partido — o PAIGC — que Amílcar Cabral se projectou e ficou conhecido no mundo como um dos maiores pensadores da nossa época. O PAIGC foi o instrumento de que se serviu Amílcar Cabral para arrancar os povos da Guiné e Cabo Verde do jugo colonial. Todos os inimigos dos povos da Guiné e Cabo Verde eram simultaneamente inimigos do PAIGC e de Amílcar Cabral. O vil assassinato perpetrado na pessoa do nosso líder imortal foi na convicção de que, eliminando-o, o colonialismo destruiria mais facilmente o PAIGC

para em seguida travar o processo da libertação do nosso povo.

Devemos manter a maior obra dele — o P.A.I.G.C. — para que Amílcar Cabral possa ser verdadeiramente imortal.

São infundas as razões porque nós devemos manter o nosso Partido. Na verdade o PAIGC faz parte integrante da nossa história, da nossa vida e da nossa luta. Ele encarna todos os sacrifícios que consentimos — todos nós, militantes e o martirizado povo das regiões libertadas — para conseguirmos a nossa independência nacional.

Por ter sabido lutar tão brilhantemente e derrotar o colonialismo português, pela qualidade das suas sucessivas realizações e pelo valor qualitativo da sua contribuição à luta geral dos povos contra o colonialismo, o imperialismo, o racismo e a dominação, o PAIGC era e é ainda hoje um dos partidos mais prestigiados da África e do mundo.

Este prestígio e admiração que nos grangearam tantos amigos no mundo inteiro constitui um precioso património do valeroso povo da Guiné-Bissau que não devemos, a nenhum preço, alienar.

Este prestígio e admiração que nos grangearam tantos amigos no mundo inteiro constitui um precioso património do valeroso povo da Guiné-Bissau que não devemos, a nenhum preço, alienar.

Este prestígio e admiração que nos grangearam tantos amigos no mundo inteiro constitui um precioso património do valeroso povo da Guiné-Bissau que não devemos, a nenhum preço, alienar.

Este prestígio e admiração que nos grangearam tantos amigos no mundo inteiro constitui um precioso património do valeroso povo da Guiné-Bissau que não devemos, a nenhum preço, alienar.

Este prestígio e admiração que nos grangearam tantos amigos no mundo inteiro constitui um precioso património do valeroso povo da Guiné-Bissau que não devemos, a nenhum preço, alienar.

Este prestígio e admiração que nos grangearam tantos amigos no mundo inteiro constitui um precioso património do valeroso povo da Guiné-Bissau que não devemos, a nenhum preço, alienar.

Este prestígio e admiração que nos grangearam tantos amigos no mundo inteiro constitui um precioso património do valeroso povo da Guiné-Bissau que não devemos, a nenhum preço, alienar.

Este prestígio e admiração que nos grangearam tantos amigos no mundo inteiro constitui um precioso património do valeroso povo da Guiné-Bissau que não devemos, a nenhum preço, alienar.

Este prestígio e admiração que nos grangearam tantos amigos no mundo inteiro constitui um precioso património do valeroso povo da Guiné-Bissau que não devemos, a nenhum preço, alienar.

Este prestígio e admiração que nos grangearam tantos amigos no mundo inteiro constitui um precioso património do valeroso povo da Guiné-Bissau que não devemos, a nenhum preço, alienar.

Este prestígio e admiração que nos grangearam tantos amigos no mundo inteiro constitui um precioso património do valeroso povo da Guiné-Bissau que não devemos, a nenhum preço, alienar.

Este prestígio e admiração que nos grangearam tantos amigos no mundo inteiro constitui um precioso património do valeroso povo da Guiné-Bissau que não devemos, a nenhum preço, alienar.

Relatório do CNG ao 1.º Congresso Extra

CAPÍTULO IV

Considerações sobre os temas tratados nas teses

No âmbito da preparação do nosso 1.º Congresso Extraordinário, as teses que foram elaboradas pela Comissão Preparatória revelaram ser um precioso instrumento que se pôs à disposição dos militantes e simpatizantes para a justa compreensão e reafirmação dos objectivos e dos princípios consagrados do Partido e das orientações fundamentais que queremos seguir no PAIGC, renovado e reestruturado, após o 14 de Novembro.

A discussão das teses permitiu-nos avaliar o grau de consciência, de muitos militantes, deu-nos a medida do seu nível de formação política e o estado da sua preparação ideológica. Ela pôs a nu as encrimes l a c u n a s na preparação político-ideológica de uma grande parte dos militantes, evidenciou existirem no seio das estruturas de base do Partido ideias que significam uma distorção quer dos nobres ideais políticos e humanos que sempre nortearam o PAIGC quer dos seus princípios teóricos fundamentais.

A análise das discussões à roda das teses evidenciou uma vez mais, a necessidade de se desenvolver no futuro um trabalho político-ideológico aprofundado, da base ao topo, capaz de informar e de formar os militantes e responsáveis, os trabalhadores, os jovens, os homens e as mulheres da nossa terra para enfrentar com êxito as novas tarefas do nosso Partido.

Temos que escrever a História do Partido dando-a a conhecer às gerações presentes e futuras, através de uma análise crítica e dialéctica que mostre a sua grandeza na África e no Mundo, mas também algumas das nossas debilidades e contradições e a razão de ser das mesmas, na marcha vitoriosa para a total libertação do nosso Povo, primeiro do colonialismo português, depois das suas sequelas e por fim na senda da conquista definitiva da independência económica.

O homem foi o factor decisivo da nossa luta: o homem simples do campo ou das cidades, o homem, independentemente da sua raça ou da sua cor de pele, o homem da Guiné ou de Cabo Verde, de qualquer outra parte de África ou de outros Continentes, que se identificou totalmente com os nobres ideais de libertação do nosso Povo e que lutou por eles.

Esse homem que na nossa terra se tornou o motor da luta, identificado totalmente com o PAIGC, foi o Combatente da Liberdade da Pátria. Ele pegou em armas para combater o inimigo nos campos de batalha, ele realizou trabalho de esclarecimento político, ele foi professor, foi médico, foi enfermeiro, ele transportou material, ele abasteceu as nossas populações, ele falou na nossa rádio e escreveu nos nossos jornais, ele desenvolveu não importa que actividade no interesse do Partido, da luta e do nosso Povo. É a esse homem que Amílcar Cabral chamou o Homem Novo.

Compete ao PAIGC e às estruturas estatais encarregadas da formação da nossa juventude e do nosso povo em geral, inspirar-se nesses exemplos de abnegação sem limites, de patriotismo, de disciplina e moral revolucionárias, de consciência política para criar na nossa terra um povo amante de democracia, de justiça e de liberdade.

O nacionalismo estreito, o racismo, o tribalismo são estranhos ao PAIGC e desde a sua criação foram sempre combatidos, porque são a negação do Homem Novo que a luta gerou na nossa terra.

Queremos fazer com que na nossa terra, na fase actual de construção do seu desenvolvimento e progresso, todos participem, todos aqueles que se identificam com os ideais que Amílcar Cabral nos legou, que amam esta terra, que, mesmo não sendo dela originários, lutaram por ela ou querem continuar a lutar connosco pela verdadeira felicidade do nosso Povo.

Assim como durante a luta armada de libertação nacional, devemos hoje e no futuro sob a direcção do PAIGC, mobilizar as imensas energias do nosso povo para um trabalho produtivo e intelectual, para um trabalho de organização, para um trabalho criador e capaz de iniciativas fecundas.

Como dizia o saudoso Camarada Amílcar Cabral, a libertação de um povo não termina com a conquista da sua independência política. Nós, os combatentes da liberdade da Pátria que construímos, com o suor do nosso rosto, com o sangue dos nossos gloriosos mártires, com as lágrimas de dor pelas perdas e os sacrifícios consentidos essa independência, devemos, com a colaboração de todos os cidadãos honestos e que amam esta terra, prosseguir o nosso caminho, isto é, devemos continuar Amílcar Cabral, permanecendo fiéis aos seus ideais de justiça e de progresso, devemos continuar a ser PAIGC. Só assim poderemos homenagear a memória daquele que foi o fundador das nacionalidades, na Guiné e em Cabo Verde, daquele que a justo título podemos chamar cidadão do Mundo, porque foi sempre o intransigente defensor dos povos e do Homem de qualquer quadrante.

É nosso direito e dever moral e político continuar PAIGC porque foi fundado no nosso território nacional para lutar pela libertação dos nossos povos; porque é o único Partido que lutou de forma consequente pela independência política da Guiné e Cabo Verde; porque a perfeita integração entre as aspirações de largas massas populares e os seus objectivos provocou a adesão das diferentes camadas sociais da nossa população à luta de libertação; porque a luta armada se realizou no nosso território nacional exigindo sacrifícios sem conta ao nosso povo fazendo heróis e mártires que lutaram e morreram pelos seus ideais e também por respeito para com a imensa maicria do nosso povo que só conheceu durante a luta de libertação nacional, o PAIGC como instrumento de libertação, como sua força, luz e guia.

Na larga discussão que se desenrolou em todas as regiões, sectores, locais de trabalho, em assembleias populares, à roda do conteúdo das teses e dos Estatutos e Programa do Partido, afirmou-se de forma inequívoca a vontade generalizada das massas, dos militantes e patriotas de manter o PAIGC na nossa terra como Partido único e vanguarda do nosso povo. O facto de o conteúdo dos documentos submetidos à discussão terem merecido uma aceitação por parte dos militantes que se identificaram com os princípios aí defendidos, é para nós motivo de grande satisfação. Porém, surgiram, durante os debates, ideias, sugestões e pontos de vista sobre a acção do Partido e do Estado que, revelando certas preocupações, se devem ter em conta na acção político-ideológica a levar a cabo no futuro pelo Partido.

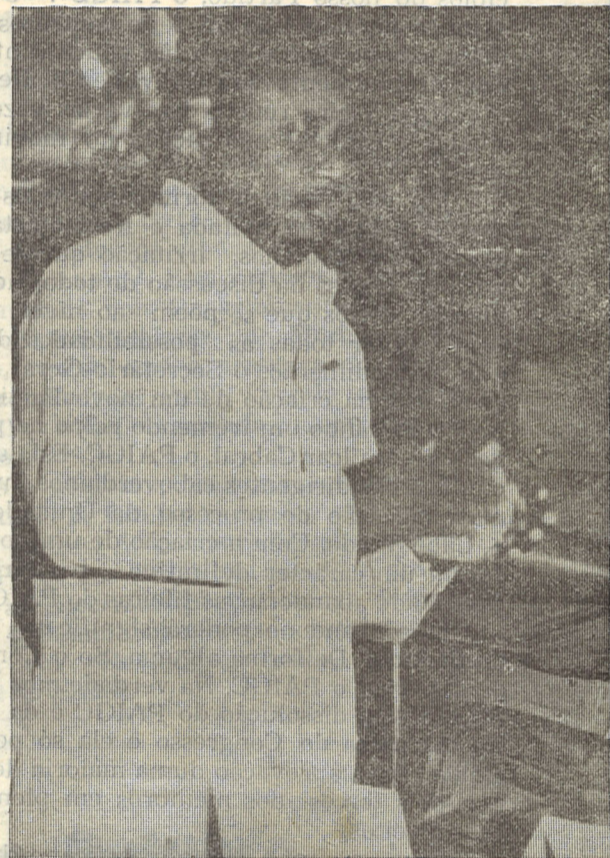
Continuando nós a ser PAIGC, não poderíamos de modo algum deixar de prosseguir os objectivos do seu Programa, que apenas sofreu as adaptações necessárias à realidade actual. Logicamente, tínhamos que fazer o que fizemos: manter integralmente os fundamentos político-ideológicos do Partido. Teremos sim é que zelar pela aplicação correcta dos princípios unidade e luta, democracia revolucionária e centralismo democrático, direcção colectiva, crítica e auto-crítica construtivas. Podemos dizer que estes princípios aplicados correctamente na prática, são um património inestimável do Partido que nos vão permitir fazê-lo avançar de facto como força política dirigente da sociedade e criar as condições para o desenvolvimento e o progresso real na nossa terra, para uma tomada geral da consciência das massas dos verdadeiros valores da Humanidade.

O respeito pelos princípios e o seu rigoroso cumprimento, na base da disciplina e de uma aceitação consciente e livre dos seus militantes, tornará o nosso Partido, ainda Movimento de libertação no poder, cada vez mais Partido, fará dele cada vez mais força política dirigente da sociedade e o Partido único que razões históricas objectivas justificam mas também que se justificará pela sua identificação cada vez

maior com os desejos e aspirações das massas populares.

Para que o PAIGC seja cada vez mais Partido mos de ser disciplinados, cumpridores, temos de ser os melhores trabalhadores, conscientes e escrupulosas nas nossas acções, de agir com seriedade e na base moral revolucionária em todos os actos da nossa pública e privada, temos de ser os mais dinâmicos de dar maior iniciativa, os mais estudiosos, em ser de ser os mais exigentes para connosco mesmo. Igualmente, devemos ser os mais patriotas e os mais transigentes defensores dos interesses do nosso e do progresso da Humanidade, os mais firmes defensores das causas justas da liberdade de outros povos os mais abnegados defensores da paz e do entendimento entre os povos.

Devemos pois ser também os maiores defensores da Democracia, praticando-a no Partido, levando instituições do Estado a praticá-la na nossa sociedade e respeitando, na verdade, os princípios universais



Nino, Saúde Maria, Paulo Correia

dos Direitos do Homem. Tudo isso nos é exigido pela nossa condição de vanguarda do nosso povo. É necessária observância dos princípios e no afirmar destas qualidades a que nos referimos e que devem caracterizar os nossos militantes, responsáveis e dirigentes, que seremos incontestavelmente a vanguarda do nosso povo e um exemplo e modelo vivos para os outros.

Consideramos como um meio indispensável importância capital para promover o desenvolvimento do nosso País a preservação da unidade nacional. Mas para nós a unidade nacional implica a igual efectiva de todos os cidadãos face à Nação e o respeito pelos seus direitos, independentemente da sua condição social, étnica, religiosa, de lugar de nascimento ou de cor da pele. A unidade nacional significa para nós que a cada cidadão da nossa terra devemos criar todas as condições para trabalhar, para se afirmar, desenvolver, para se realizar na medida da sua capacidade. Nós apreciamos o homem da nossa terra aquilo que é capaz de realizar em prol do desenvolvimento da nossa pátria, no quadro da medida da sua capacidade, seja qual for o lugar em que se encontra. E tudo faremos para que cada um e todos tenham as mesmas oportunidades na nossa sociedade. Mas

do PAIGC

Ordinário (3)

qual conquistará o lugar que merece em consequência do seu trabalho, do seu valor intrínseco. Vamos promover uma política que permita uma colaboração entre todos, um trabalho conjunto, mas cada um no seu lugar, cada um executando o que lhe compete e o que é capaz realmente de fazer.

A política da concórdia nacional preconizada pelo Conselho da Revolução, órgão máximo da direcção do Estado e da Nação, constitui uma esclarecida decisão no sentido de desenvolver a consciência e a dignidade nacionais. Ela insere-se no quadro da política da Unidade nacional e deve ser realizada na estrita observância dos princípios do Partido e sob a sua direcção.

A política da concórdia nacional permitirá, a cada cidadão dar a sua contribuição como patriota para o desenvolvimento do nosso país, no quadro das nossas instituições democráticas.

Queremos apelar a todos os nossos cidadãos e em especial às pessoas qualificadas que regressem ao país



Luís Cabral na abertura do Congresso

e venham dar uma contribuição valiosa para o desenvolvimento da nossa terra.

Vamos criar pouco a pouco melhores condições para que se desenvolvam, para que exerçam a sua actividade profissional, para que, mercê do seu esforço e da qualidade do seu trabalho, ocupem os lugares que merecem e que souberem conquistar. Criaremos condições para que intervenham livremente, pelas suas opiniões, sugestões e críticas, para a marcha do nosso País, no quadro das instituições democráticas.

Devemos no entanto estar vigilantes para evitar o renascimento das sequelas do colonialismo no nosso seio, para não destruímos a obra imortal do Fundador da nossa nacionalidade, aquele que genialmente soube unir-nos e fazer da nossa terra, uma nação.

Naturalmente que, para a realização do progresso económico e da justiça social, teremos que ter em conta as diferenças sociais existentes entre as diversas camadas que constituem a nossa população, os seus hábitos e costumes, mesmo o seu passado histórico.

Não devemos esquecer no entanto que o objectivo de progresso económico-social que o PAIGC pros-

segue visa o desenvolvimento económico harmonioso, social e cultural, o bem-estar, o progresso contínuo e a paz para o nosso povo, numa sociedade livre da exploração do homem pelo homem.

Nessa empresa gigantesca o actor principal é o nosso povo, guiado pelo nosso Partido. E essa tarefa não se pode realizar de uma só vez: ela exige esforços conjuntos, sacrifícios colectivos, ela exige experiência, acumulação de saber, perseverança, ela pressupõe erros e uma análise e superação constantes desses mesmos erros. Trata-se de uma obra humana, com as suas forças e fraquezas, e com os seus momentos altos e baixos.

O Partido definiu no seu 3.º Congresso uma estratégia de desenvolvimento e as vias possíveis para a construção de uma economia nacional independente.

Queremos reafirmar nesta ocasião a estratégia adoptada em matéria de desenvolvimento económico e o essencial das resoluções e orientações gerais do 3.º Congresso do PAIGC, adaptadas naturalmente à situação nova vivida na nossa terra, isto é, de termos um Partido com carácter nacional.

Essa estratégia parte de um conhecimento da nossa realidade actual, ela tem em conta as nossas forças e as nossas fraquezas, e assenta na confiança que o Partido tem na capacidade de realização do nosso povo. Esse desenvolvimento só poderá ser rápido e beneficiar da melhor maneira o nosso povo se tiver como requisito básico a vontade e acção política do PAIGC e assentar numa planificação centralizada da nossa economia.

CAPÍTULO V

QUE PARTIDO SOMOS, QUE PARTIDO QUEREMOS SER

Nos capítulos anteriores caracterizou-se a situação difícil em que o Partido vivia após a conquista da independência nacional, momento em que no P.A. I.G.C. foi exigido um grande esforço no sentido de assumir a direcção superior da vida política em toda a extensão do território nacional.

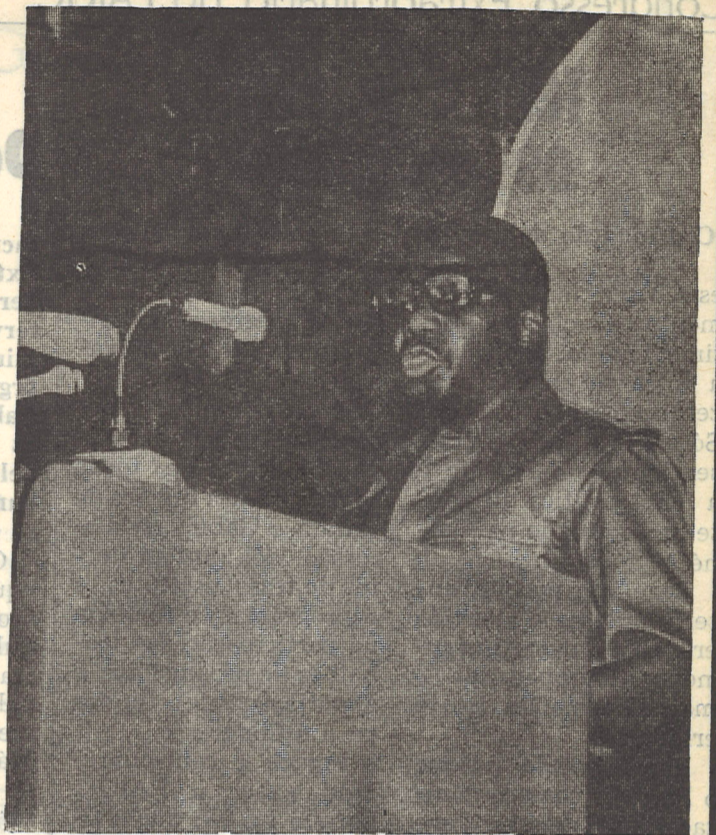
Igualmente foram referenciados os efeitos catastróficos que o Partido sofreu devido a práticas incorrectas do regime autocrático de Luís Cabral que de certeza levaria à destruição do PAIGC, o que somente foi evitado mercê da atitude corajosa de um conjunto de militantes e dirigentes firmemente apoiados pelas nossas gloriosas FARP.

Após os acontecimentos do 14 de Novembro e devido a atitude inconsequente do então Secretário-Geral, o futuro do nosso Partido foi posto em causa. O PAIGC na Guiné reagiu fortemente a essa situação com apoio dos seus militantes, em particular do nosso povo trabalhador das zonas rurais.

A nível de todo o país ficou bem demonstrada, a identificação entre os ideais do PAIGC e os anseios das massas populares que reafirmaram a necessidade da continuação do Partido nas reuniões de esclarecimento que se realizaram em todo o País e nas manifestações de numerosas delegações que se deslocaram a Bissau para saudar o Conselho da Revolução.

Podemos afirmar sem sombras de dúvidas que o Partido renasceu, demonstrando claramente que no seu seio existe um sem número de militantes sérios, honestos, abnegados capazes de lhe insuflarem de novo a vitalidade necessária ao prosseguimento da sua luta gloriosa por uma sociedade de justiça, paz e progresso na Guiné.

Perante esta situação devemos reflectir bem, que Partido somos e que Partido queremos ser.



Nino Vieira apresentando o Relatório do C.N.G.

O PAIGC definiu-se e define-se como um movimento de libertação no poder, fazendo no entanto uma demarcação clara do seu espaço ideológico. Sendo o mobilizador, enquadrador e força política dirigente da sociedade, o PAIGC tem necessidade cada vez maior de estabelecer programas de acção com etapas bem definidas que facilitem o seu avanço e o das massas populares na linha de orientação para a construção duma sociedade sem exploração.

Para a materialização desse objectivo maior torna-se indispensável que o Congresso reafirme os princípios do PAIGC, adaptando-os ao novo contexto de luta em que vivemos.

Uma das grandes deficiências do Partido no período posterior à independência foi a falta de um trabalho político-ideológico, sistematizado e consecutivo o que originou o aparecimento de um vazio ideológico.

Se o PAIGC entrou em crise não foi devido à falta de clareza ideológica que está bem patente tanto no programa como nos Estatutos do Partido, além de um rico e volumoso material deixado pelo nosso Líder-Fundador.

Precisamos com efeito de analisar como funcionava o aparelho do Partido, quais os mecanismos de interligação, quais os esquemas de supervisão e de apoio das estruturas, para compreender melhor a situação que reinava.

Como primeira constatação devemos reconhecer que, com a cedência de um número considerável dos seus quadros ao Estado, o PAIGC ficou desguarnecido e enfraquecido para a sua quotidiana tanto mais que os quadros dispensados ao Estado ou pela absorção que as suas novas ocupações impunham ou por uma desactivação ou por outras razões, deixaram de dar a contribuição de que o Partido necessitava e que estavam habilitados a dar.

Por outro lado, a nível dos órgãos dirigentes do Partido não havia uma distribuição de tarefas concretas para cada membro o que fez com que muitos participassem apenas em acções esporádicas quando para tal fossem convocados.

A terceira constatação refere-se ao facto de que ou os órgãos estatutários não estavam preenchidos ou não eram sujeitos a um controlo periódico para determinar as medidas necessárias à sua reactivação.

Finalmente, era evidente para todos, que não havia um circuito frequente de contactos, uma orientação de base, não havia, pelo menos a nível institucional, uma prática do princípio do centralismo democrático na tomada das decisões que deveriam afectar toda a vida partidária.

Todas essas razões levaram o Partido, que era uma das organizações mais prestigiadas e dinâmicas do nosso continente e não só, a transformar-se num aparelho esclerosado e em declínio.

Têm a palavra os delegados

(Continuação da pág. 2)

está a ser feito no momento exacto e é legítimo fazê-lo, porque é a única via capaz de fazer renascer o Partido. Só assim é que se pode sentir que o Partido é a força política dirigente da sociedade na Guiné.

Digo isso porque, anteriormente, o Partido era um mero instrumento de propaganda e mais nada. Ora isso é errado.

Isso é errado, porque o Partido, como organização de massas, deve ter força no seio dos militantes. E o que se estava a assistir no regime deposto pelo glorioso 14 de Novembro era errado e seguia contrariamente os ensinamentos legados por Amílcar Cabral.

Temos esperanças de que este Congresso vai

criar todas as condições para que o PAIGC, Partido de Cabral na Guiné, regresse às orientações por ele deixadas.

A prova de tal esperança vê-se na participação activa de todas as pessoas das regiões de Bafatá e Gabu, na discussão dos anteprojectos de teses, estatutos e o programa, e também na participação dos trabalhos de propaganda e angariação de fundos para o Congresso.

Fomos e continuaremos a ser o PAIGC, porque foi ele quem libertou esta terra! — asseverou Satu Camará.

«Na discussão dos anteprojectos levantou-se o problema de cidadania (há gentes com duas cidadanias e já condenadas, recorde-se, pelo camarada Presidente do CR na última reunião do CNG).

Cacheu:

Esperamos com entusiasmo

«O Congresso Extraordinário é, sem dúvida, um acontecimento importante na vida nacional, acontecimento esse que foi esperado após o 14 de Novembro com toda a ansia e entusiasmo pelo nosso povo» — declarou o responsável da região de Cacheu, camarada Avelino Sousa.

A importância do Congresso Extraordinário revelou-se desde o início da sua preparação, nomeadamente na criação das discussões dos documentos de base que foram destacados pelo Conselho da Revolução.

«É nesta base que direi que o Congresso Extraordinário terá o êxito que o povo espera».

Mais adiante, o camarada Avelino Sousa acrescentaria dizendo: «Espero que este I Congresso Extraordinário traga realizações na linha política do PAIGC, e o povo conta ainda que o Partido tomará o seu rumo de orientação, para o bem-estar do nosso povo, tal como o Congresso de Cassacá em 1963».

«Desejamos que se cumpra na realidade aquilo que jurámos perante o PAIGC, que é defender o interesse dos «fidjos di nô tchon», de libertá-los de toda a espécie de dominação e exploração do homem pelo homem», acrescentou.

Ao abordar o problema da ruptura entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde, aquele responsável frisou que na realidade não existe uma ruptura entre os dois povos, mas sim, entre os



Avelino Sousa

dirigentes dos dois países, provocada pela parte caboverdiana.

«A história dos nossos dois povos não é um acontecimento que surgiu agora. Os povos guineense e caboverdiano encontram-se ligados por usos e costumes, por todo um sem fim de factos históricos que não podem ser apagados com um sopro. Actualmente no nosso continente luta-se pela Unidade Africana. Mas a Guiné-Bissau e Cabo Verde encontram-se unidos desde o princípio» — salientaria o camarada Avelino Sousa.

«Pelas razões que aqui aponto reforçarei mais uma vez que só será possível uma verdadeira ruptura quando os dois povos se juntarem e fizerem um julgamento, a fim de definirem os seus destinos».

Democracia Revolucionária regressa ao Partido

Como Cabral ensinou

O retorno à democracia constitui o marco característico das primeiras sessões do I Congresso Extraordinário do PAIGC. Facto notório foi a liberdade de expressão manifestada por todos os intervenientes que, de uma forma militante e disciplinada, souberam vincar a sua presença naquele órgão máximo do Partido. «Assim aprendemos com Cabral e foi esse o espírito que sempre caracterizou as reuniões nas zonas libertadas» — diria um dos delegados para ilustrar o carácter que se pretende dar aos debates.

O primeiro ponto «quente» foi a discussão do projecto do regulamento interno dos trabalhos, apresentado pelo presidente do Secretariado do Congresso, Mário Cabral resumiu de forma sucinta o conteúdo do documento para evitar quaisquer dúvidas ou más interpretações, e como forma de contribuir para o melhor andamento dos trabalhos. Entretanto a «maratona» iniciou-se com a pergunta do camarada Mário Mendes sobre os critérios que irão obedecer o processo de votação, se por via directa e oral, se por

várias propostas surgiram, desde a votação por escrito, por via oral, por escrito e transmitida oralmente pela Comissão de Mandatos, ou ainda utilizando as duas modalidades. Postas à votação, a maioria optou pela via oral, por ser «mais directo e real», para «evitar esconder-se» e por ser «habitual nas reuniões do Partido», como recordou o camarada Pedro Ramos, Samba Lamine Mané, na qualidade de presidente da Comissão de Mandatos, alertou para a nossa

realidade e para as propostas de base que recomendavam a votação por via oral. A ideia foi compartilhada por Fidelis Cabral de Almada que se referiu à composição dos delegados, na sua maioria camponeses, portanto com baixo grau de escolaridade, de uma maneira geral.

A supressão ou não do termo «abstenção» foi também um ponto que suscitou acesa discussão, por alguns delegados considerarem que a sua tradução para o crioulo não corresponderia realmente ao significado em português. «Nha boca a esta lá» é entendido por alguns camaradas, segundo explicou Alfa Camará ao levantar a questão, como colocar-se à margem da questão, o que não é correcto, pois os delegados representam o seu eleitorado a quem devem prestar contas e cujos interesses e posições devem saber defender. Entretanto, Vasco Cabral, que preside a Comissão da Redacção, proporia a manutenção da possibilidade de qualquer delegado se abster, tal como nos Congressos anteriores e «para que toda a gente possa sentir-se à vontade» numa tal situação.

Portanto, um exemplo de democracia que o 14 de Novembro fez voltar às reuniões do PAIGC, em que nenhuma pergunta é subestimada ou minimizada, mesmo as mais ingénuas e das quais todos os militantes devem sair esclarecidos das suas dúvidas e preocupações.

Democracia revolucionária ou centralismo democrático, o nosso povo entendeu-a como nos ensinou Cabral, nosso líder incontestado, constituindo o maior segredo dos sucessos das conquistas da Luta e a melhor forma de liberdade de expressão porque o nosso povo sempre combateu.

À margem do Congresso

● semana cultural

Integrado na semana cultural que decorre na nossa capital, em saudação ao I Congresso Extraordinário do PAIGC, está patente na UDIB uma exposição de pintura, e na Casa da Cultura, uma exposição de fotografias sobre o nosso líder, camarada Amílcar Cabral.

Por outro lado, e também no salão do Cine-UDIB, realizaram-se na segunda e terça-feira sessões culturais, com exibição do ballet nacional «Esta Nossa Pátria Amada», orquestras de música ligeira e grupos de música tradicional.

● Manifestação desportiva

A cerimónia de abertura do festival desportivo, em saudação ao Congresso Extraordinário do PAIGC, teve lugar no estádio Lino Correia, na passada terça-feira, com o desfile de praxe de todos os atletas das escolas secundárias da capital. Esta cerimónia desportiva, organizada pelo Departamento das Actividades Extra-Ecolares do Ministério da Educação, contou com a presença do camarada 1.º comandante Paulo Correia, ministro das FARP, e dos camaradas delegados ao Congresso.

Após a abertura solene, realizaram-se duas partidas de futebol juvenil e uma prova de 3 mil metros. As competições prosseguem hoje na Praça dos Heróis Nacionais, e proceder-se-á ao encerramento da semana desportiva, no próximo Sábado, com estafetas de bicicleta, nos «Heróis Nacionais», entre as Escolas e as FARP.

○ País

Grande Revolução de Outubro comemorada na nossa terra

O 64.º aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro foi comemorado no passado sábado, pelo povo soviético. A criação de primeiro Estado socialista no mundo, abriu novas perspectivas ao desenvolvimento do Movimento Operário Internacional e dos Movimentos de Libertação Nacional.

Foi, com efeito, a 7 de Novembro de 1917 (7 de Outubro do antigo calendário russo), que os operários e camponeses da Rússia derrubaram, sob a direcção do Partido de Lênine, o poder dos capitalistas e latifundiários.

O principal artífice da Grande Revolução

Socialista de Outubro, que modificou o destino não apenas do povo russo, mas da humanidade, criador do primeiro Estado socialista, dirigente supremo da Revolução contra o poder dos czares, teórico e prático e conhecedor da solução do delicado problema que representava a questão nacional no país dos soviéticos, foi militante catalizador do Movimento Operário Internacional. Lênine marcou o século e o futuro do homem com a sua personalidade revolucionária.

Para os movimentos de libertação, Lênine forneceu uma valiosa contribuição. Ele demonstrou que os povos

oprimidos podem libertar-se e ultrapassar todos os obstáculos para a construção de uma vida de justiça, de dignidade e de progresso.

«A formação do sistema socialista mundial, ultrapassando o socialismo os limites de único só país, tornou-se num factor importante favorável ao desenvolvimento vitrioso do Movimento de Libertação Nacional» — afirmou o embaixador soviético numa conferência de Imprensa dada em Bissau.

O diálogo Norte-Sul também foi referido pelo embaixador Lev Krilov no seu encontro com os jornalistas, afirmando

que a URSS está pela nova ordem económica internacional e que, igualmente, este país socialista está de acordo com a ajuda aos países em desenvolvimento, e frisou que a URSS apresentou na ONU algumas propostas concretas para a solução deste problema.

Entretanto, em Bissau a efeméride foi comemorada com uma recepção dada pelo embaixador da URSS, no Hotel 24 de Setembro, à qual estiveram presentes os camaradas João Bernardo Vieira, Presidente do Conselho da Revolução e Víctor Saúde Maria, Vice-Presidente do C.R.

Abdou Diouf na Gâmbia

O presidente senegalês Abdou Diouf efectua hoje uma «visita de amizade» de dois dias a Gâmbia. É a primeira estadia do chefe de Estado do senegalês em Banjul, desde que as tropas de Dakar intervieram no país vizinho para restabelecer o regime de sir Dawda Jawara, derubado por um golpe de estado a 30 de Julho.

Ao anunciar esta visita durante a reunião do Conselho de ministros, o presidente Diouf declarou que ela «inscreve-se no quadro da consolidação dos laços de cooperação fraterna» entre a Gâmbia e o Senegal.

Recorde-se que os dois países pretendem criar entre eles uma confederação, cujo projecto está em estudo ao nível dos peritos senegaleses e gambianos. A Gâmbia é um Estado enclavado no território do Senegal, que divide em dois.

Abdou Diouf é acompanhado nesta sua visita a Gâmbia pelos ministros da Justiça, Negócios Estrangeiros, Interior, Forças Armadas e da Economia e Finanças, assim como pelo vice-presidente da Assembleia Nacional, Kabirou Mbodge.

Sahara: ONU propõe negociações directas entre o Marrocos e a Polisário

A Assembleia Geral das Nações Unidas adoptou uma resolução na qual propõe negociações directas entre o Marrocos e a Frente Polisário, com vista à instauração do cessar-fogo no Sahara Ocidental. Apresentada pela Argélia, a resolução foi aprovada por larga maioria.

Por outro lado, o Comité de Descolonização da ONU examina um projecto de decisão apresentado pelo Quênia sobre o Sahara Ocidental. Este projecto, que deve ser adoptado

pela Assembleia Geral antes do fim de mês, «permitirá ao secretariado geral da ONU prestar assistência ao comité de aplicação da OUA sobre o Sahara Ocidental».

O comité da OUA deve instaurar o cessar-fogo no Sahara e organizar um referendo sobre a autodeterminação do povo saharauí, com o apoio das Nações Unidas, de acordo com as decisões tomadas pelos chefes de Estado e de Governo africanos durante a cimeira de Nairobi, em Junho último.

Por outro lado, a O.U.A. publicou um comunicado em Addis-Abeba, no qual declara-se «bastante inquieto» devido a recente estadia de uma delegação militar norte-americana no Sahara Ocidental, facto que «pode ser o prelúdio da introdução de armas militares sofisticadas no conflito».

Este comunicado reclamou também a cooperação de todas as partes interessadas e da comunidade internacional para a aplicação das re-

soluções da cimeira de Nairobi sobre a questão saharauí.

Por outro lado, o representante da Frente Polisário junto da OUA, Mouloud Saïd, considerou que a visita da delegação dos Estados Unidos ao Sahara Ocidental, conduzida pelo Secretário adjunto para a Defesa, Francis West, «é uma tentativa de Washington destinada a neutralizar os esforços da Organização da Unidade Africana com vista a resolver o conflito».

Preparada em Lagos cimeira sobre a manutenção da paz no Tchad

A preparação de uma cimeira dos países participantes na força neutra interafricana para o Tchad é um dos objectivos da reunião dos ministros dos Negócios Estrangeiros destes países, que deve começar hoje em Lagos, capital da Nigéria, com plenos poderes para fixar também as modalidades do envio das tropas de paz para o Tchad.

O Benin, a Guiné, a Nigéria, o Senegal, o Togo e o Zaire prometem tropas para constituir esta força que substituirá os líbios na manutenção da paz no Tchad. Por seu lado, o Gabão fornecerá assistência logística.

A reunião de Lagos deve discutir igualmente os detalhes práticos

do desdobramento da força, a sua instalação, transporte, abastecimento e as funções das diferentes unidades.

Robert Ouko, chefe da diplomacia queniana, indicou antontem em Nairobi que a questão do financiamento desta força panafricana só poderá ser abordada quando «se tiver uma ideia aproximada do custo. Isso dependerá das estruturas criadas, do número de militares e da duração provável da sua intervenção, que por sua vez está dependente de um certo número de dados desconhecidos, entre os quais a situação política no país». O governo de França propôs uma ajuda material e financeira a esta força.

Roberto Ouko encontra-se actualmente em Lagos, em representação do chefe do Estado do Quênia, Daniel Arap Moi, que é o presidente em exercício da OUA, instituição a quem compete a constituição da força de paz. Edem Kodjo, secretário-geral da OUA, também se encontra desde segunda-feira na capital nigeriana, onde foi recebido em audiência pelo presidente Shehu Shagari.

Está previsto o envio do contingente interafricano no Tchad ainda no final desta semana. No entanto, informações não confirmadas, dizem que cerca de cem paraquedistas zaireses já se encontram em N'Djamena, enviados pelo presidente Mobutu do Zaire.

Cruz Vermelha a favor do desarmamento

A 24.ª conferência da Cruz Vermelha Internacional reunida em Manila, capital das Filipinas, pediu ontem aos governos para renunciarem à utilização de métodos de guerra que prejudiquem tanto civis como militares, tais como as armas nucleares.

Os delegados apelaram para um maior esforço no sentido de evitar uma guerra nuclear a grande escala.

Face a recente declaração dos Estados Unidos sobre o desenvolvimento da bomba a neutrões, os representantes dos países socialistas sublinharam a necessidade de intensificar a campanha para o desarmamento.

ROMA — Os participantes no debate geral da conferência anual da Organização da ONU para a Alimentação e a Agricultura (FAO) chegaram a conclusão de que o desenvolvimento da produção agrícola e o aproveitamento das fontes locais de energia devem constituir prioridade na luta contra a fome no Terceiro Mundo.

ZIMBABWÉ

HARARE — Eddison Zvogbo, ministro da Administração Local e do Meio Ambiente do Zimbabwé, declarou que nenhuma lei que proíba a existência de vários partidos será aprovada no país. Zvogbo sublinhou que o seu partido escolheu uma maneira democrática para instaurar um só partido: «Organizar-nos-emos a fim de evitar qualquer vitória de outro partido nas futuras eleições».

RECONSTRUÇÃO

ADDIS ABEBA — As autoridades de Asmara, capital da província etíope da Eritreia, e as de Massawa, cidade portuária situada no mar Vermelho, vão lançar uma vasta operação de reconstrução dos lugares destruídos no decurso da guerra contra os separatistas eritreus. Asmara e Massawa ficam situadas no nordeste da Etiópia.

CRISE NO SUDÃO

KARTUM — O presidente Gaafar el-Nimeiry de Sudão anunciou na segunda-feira a dissolução do governo, cujos ministros foram todos demitidos. Nimeiry teria querido assim responsabilizar os seus ministros pelo impasse em que se encontra a economia sudanesa.

ANTICORRUPÇÃO

CONAKRY — Um tribunal económico e financeiro, encarregado de julgar os delitos de desvios de bens públicos, vai ser criado na Guiné - Conakry, nos termos de um projecto de lei adoptada pelo Conselho de Ministros guineense. Está também prevista a criação de uma «comissão nacional de verificação de bens», composta por nove membros e presidida por Damantang Camará, presidente da Assembleia Nacional.

Palestina ocupada: Repressão do movimento contra a «autonomia»

As autoridades militares israelitas que ocupam a Palestina reforçaram desde segunda-feira a repressão dos nacionalistas árabes palestinos, que vêm protestando vigorosamente contra o projecto de «autonomia» que os sionistas querem impôr na Cisjordânia.

Reivindicando o seu direito à autodeterminação, todos os sectores palestinos dos territórios ocupados condenam o regime de «autonomia», que de facto começou a 1 de Novembro, com a nomeação de um governador civil israelita na Cisjordânia, em substituição do governador militar que era a autoridade suprema na região.

Surgiram incidentes quando o exército israelita interviu anteontem em força para obrigar comerciantes e alunos a suspender uma greve, forçando nomeadamente os comerciantes a reabrir as lojas. Em Ramallá as manifestações foram mais violentas, assim como no sector oriental de Jerusalém, onde pneus foram incendiados sobre os passeios e

bandeiras palestinas eram brandidas.

Porto de Singel, no norte da Cisjordânia, viaturas sionistas foram apedrejadas. O número de polícias e soldados israelitas aumentaram nas principais cidades da Cisjordânia, a fim de reprimir prováveis manifestações contra a instalação definitiva da tal administração civil na região, prevista para 1 de Dezembro.

O apelo à greve foi lançado na segunda-feira pelos representantes das associações profissionais e das municipalidades palestinas reunidas sob a presidência do sindicalista Ibrahim Dakkak. Dakkak, que é presidente do sindicato dos engenheiros foi preso nessa noite pelo exército israelita, assim como Jiris Khoury, presidente da associação dos advogados e um número indeterminado de personalidades consideradas como os verdadeiros «orquestradores» das manifestações dos últimos doze dias.

Dakkak e Khoury militam também no «Comité de Orientação Nacional», uma instância po-

lítica palestina proibida mas bastante activa. Também foram presos um membro do conselho municipal do El-Biré e o redactor-chefe do jornal «Al Shaab», que já se encontrava sob residência vigiada há um ano e meio.

Por outro lado, o diário palestino «Al Fajr», editado em Jerusalém, foi proibido de circular durante dez dias por ordens da censura militar israelita.

Os meios estudantis, tradicionalmente mais agitados, têm sido o alvo privilegiado das actividades repressivas do exército de ocupação sionista. A universidade de Bir Zeit (2 mil estudantes e 300 professores) foi encerrada por tempo indeterminado, enquanto o seu director, Gabi Baramki foi detido. Os delegados dos estudantes das universidades de Bir Zeit e de Belém também se encontram presos.

Os universitários foram os primeiros a manifestar-se diariamente depois da entrada em funções do administrador civil, Menahem Milson.

Debate do Relatório

Responsabilidade, Franqueza e Militância

O Relatório do CNG do Partido apresentado pelo camarada Comandante de Brigada, João Bernardo Vieira, foi aprovado na quarta-feira pelos delegados ao I Congresso Extraordinário do PAIGC. A discussão demonstrou que os militantes do nosso grande Partido querem acabar com o espírito de irresponsabilidade, de tolerância face aos erros e de amizade baseado nos interesses pessoais, e encararem a vida do Partido com seriedade, de plena consciência das responsabilidades e com a preocupação de cumprir o dever de militantes.

Os delegados debruçaram-se principalmente sobre principais pontos contidos no Relatório apresentado pelo camarada João Bernardo Vieira. Quase todos os intervenientes manifestaram o desejo e a esperança de que o Partido se torne cada dia melhor, após este Congresso, e que os dirigentes a eleger nesta reunião magna estejam à altura das suas responsabilidades, e que sejam também os melhores filhos do nosso povo. Os camaradas congressistas também manifestaram o desejo de que os princípios sagrados do nosso Partido sejam postos em prática, pois antes do histórico 14 de Novembro tais princípios, que são fundamentais para o desenvolvimento da acção do PAIGC, foram deturpados.

Nestas sessões de debates foram antecipadamente feitas algumas críticas justas e pontuais, e foi exigida a condenação da ala fraccionista de Cabo Verde do PAIGC e outros militantes que praticaram actos contrários aos interesses do nosso povo. Foi pedida a expulsão de todos esses dirigentes e responsáveis do Partido.

Nesta hora de reafirmação do PAIGC, nesta etapa decisiva, é imperioso — e foi evidenciado pelos congressistas nos debates — fazermos do nosso Partido um instrumento eficaz para a construção da liberdade, da paz, do progresso e da felicidade do nosso povo. Hoje, cada militante, cada cidadão da nossa terra, tem o seu destino na palma da mão.

Ainda durante os debates foi realçada a necessidade de intensificação dos cursos de supe-

ração político-ideológica dos militantes a todos os níveis, e sugeriu-se a criação de um controlo do aparelho de Estado pelas estruturas partidárias, propondo-se também a profissionalização de quadros do Par-



Um momento do debate — que registou grande participação — do Relatório do CNG

tido, para se poder fazer do PAIGC, de facto, a força dirigente da sociedade guineense. Sobre a Unidade Nacional, que nunca mereceu atenção do regime anterior, os intervenientes fizeram algumas propostas no sentido de se recomendar a revisão da Constituição de Boé, em alguns artigos, de modo a adaptá-la às novas realidades do país e também à Lei da Nacionalidade. Foi categoricamente rejeitada a questão da dupla nacionalidade. Sobre a concórdia nacional, ficou esclarecido que ela não existe no Partido, mas sim no Estado.

No que se refere ainda ao reforço do trabalho político-ideológico no seio do Partido, vários camaradas militan-

tes propuseram a criação, no seio do Comité Central, de uma Comissão encarregada somente do trabalho ideológico, reforçada por um Departamento de Ideologia no Secretariado do CC. Alguns militantes também propuseram a constituição de uma Comissão de Controlo e Revisão, cujo presidente deve ser eleito pelo Congresso.

O reforço das relações com os Partidos e organizações internacionais que nos ajudaram durante a Luta Armada de

durante o regime anterior.

No decorrer das sessões, o camarada João Bernardo Vieira, Presidente do Congresso do Reajustamento para a Unidade Nacional e Justiça Social, usou da palavra várias vezes para eschirecer e para incitar os delegados a apresentarem todos os problemas, pois já não existe o medo nas reuniões do Partido. O camarada Nino Vieira convidou os militantes a serem francos e concretos na crítica e na apresentação de propostas, mas

Libertação Nacional, foi realçada por alguns camaradas, sobretudo com os países socialistas encabeçada pela União Soviética. Criticou-se a maneira como foram orientadas as relações com estes países amigos

assumindo sempre as suas responsabilidades.

«Fazer com que a Direcção do Partido seja formada pelos melhores e mais dedicados militantes, é o nosso objectivo» — disse o camarada Nino Vieira.

Última hora

O I Congresso Extraordinário do Partido prossegue hoje os seus trabalhos com a discussão, e posterior aprovação, dos Estatutos e do Programa do PAIGC. A discussão destes documentos começou ontem à noite, e provavelmente serão aprovados hoje, começando-se pelos Estatutos. Naturalmente, seguir-se-á a discussão do Programa.

Prevê-se que os debates destes dois documentos não irão mobilizar muitos militantes, até porque, na discussão travada nas bases, não sofreram alterações de fundo. Somente houve algumas mudanças, sobretudo de palavras, mas a essência permaneceu inalterável.

Após a aprovação dos Estatutos e do Programa do PAIGC seguir-se-á a eleição dos órgãos da Direcção do Partido, a adopção da Declaração e Resoluções Finais.

Superação ideológica é palavra de ordem

A superação política-ideológica dos dirigentes e militantes do Partido foi a palavra de ordem lançada pelos delegados ao longo das sessões de debates do relatório do CNG. Tarefa prioritária, ela deve constituir preocupação dominante de todos os militantes e responsáveis. Os delegados e militantes estão, no entanto, conscientes do árduo trabalho que a tarefa impõe, dada a escassez de infra-estruturas, materiais e humanas, que enfermam o Partido, e o vazio ideológico que esteve na origem dos desvios à linha de Cabral. Alguns foram muito mais longe, ao avançarem propostas concretas como a da criação de um departamento no seio da Comissão Permanente, responsável pela ideologia.

Mas, segundo os «discípulos de Cabral» a renovação do PAIGC pressupõe depuração no seu seio de elementos estranhos, aqueles cuja actuação comprometem os objectivos do 14 de Novembro. A par de muitas outras questões levantadas, duas merecem referência especial: o reconhecimento dos sacrifícios prestados pelos Combatentes da Liberdade da Pátria, em prol do povo e da elevação das suas condições de vida e a reactivação da relações com os países socialistas e amigos que nos apoiaram durante a luta, nomeadamente a União Soviética, cuja contribuição os militantes consideraram não ter sido suficientemente reconhecida pelo regime de posto.

A interligação Partido-Estado levou necessariamente à abordagem de questões económicas. Perguntas sobre a prioridade a atribuir realmente à agricultura, com os engenheiros e principais técnicos instalados quase todos na capital e não no campo junto dos camponeses; com os armazéns vazios, sem mercadorias essenciais para a campanha, o que origina fuga de mercadorias para as fronteiras e consequente desvalorização da moeda nacional; a situação das empresas e projectos de «rentabilidade duvidosa», com proposta de estudo sério sobre sua rentabilidade para a economia nacional, entre outros. Entretanto, uma coisa ficou assegurada: que o Partido deve efectivamente exercer controlo sobre Estado, como força dirigente, criando estruturas eficazes. Uma demarcação foi feita pelos delegados: de que a concórdia nacional não deve abranger o Partido, mas simplesmente ao Estado, porque, como frisaram, é difícil juntar com alguém de que não se conhece bem a sua ideologia.

FICHA TÉCNICA — JORNAL «NÓ PINTCHA»; AV. DO BRASIL, C. P. 154 — BISSAU

António Soares (Director em exercício); João Quintino (Chefe de Redacção em exercício)

Redacção: Arlette Adília; António Tavares, Baltazar Bebião, Barnabé Gomes, Carolina Fonseca, Fernando Jorge, Fernando Perdigão, João Fernandes, José Flecha, Pedro Albino, Pedro Quadé, Raimundo Pereira, Teresa Ribeiro. Maquetagem: Cândido Camará. Fotografia: Agostinho Sá, Casimiro Cá, José Tchuda, Manuel da Costa, Mário Gomes, Pedro Fernandes. Secretaria da Redacção: Eurídice Gama, Idel Miranda, Ivete Monteiro.